

Falando Grosso:

O Novo Papel Social Da Mulher Brasileira
Alexandre de Castro
Chryslen Mayra Barbosa Gonçalves

Como citar: CASTRO, A. D.; GONÇALVES, C. M. B. Falando Grosso: O Novo Papel Social Da Mulher Brasileira. *In*: BRABO, T. S. A. M. (org.). **Educação, mulheres, gênero e violência**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.271-281. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-713-5.p271-281>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

FALANDO GROSSO: O NOVO PAPEL SOCIAL DA MULHER BRASILEIRA

Alexandre de Castro

Chryslen Mayra Barbosa Gonçalves

Nós, mulheres feministas mais velhas, que lutamos com garra e decisão para conquistar nossos direitos econômicos, políticos e sociais e culturais, passamos às gerações de agora o fruto de nossas conquistas e experiências desacompanhadas de um trabalho educativo que lhes desse responsabilidade diante do mundo que se transforma, e dentro do qual elas terão que viver continuando a batalha que iniciamos, mais ainda com muito caminho a ser trilhado. Zuleika Alambert

A MULHER, SEU *STATUS*, SEU PAPEL

O sexo feminino está presente, hoje, nas mais diversas profissões antes consideradas “redutos masculinos”: ao volante de ônibus e caminhões, na direção de grandes empresas corporativas, comandando aviões que cruzam oceanos, deliberando nos parlamentos, conduzindo investigações de natureza criminal em delegacias de polícia etc.

O panorama legal e social brasileiro apresenta significativa mudança nos últimos quarenta anos com relação à questão de gênero. Atribuição de novos direitos e deveres no universo civil com relação às mulheres com a publicação do Estatuto da Mulher casada no ano de 1962; a introdução do direito de igualdade entre homens e mulheres na Constituição Federal

brasileira de 1988; a cota eleitoral de gênero que reserva trinta por cento na participação de candidaturas a cargos políticos assegurados pela Lei 9504/97; proteção legal ao sexo feminino em caso de agressão de natureza doméstica, conhecida como Lei Maria da Penha de agosto de 2006; a garantia da estabilidade no emprego em virtude de gravidez, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, por intermédio da Lei 12.812, de maio de 2013; uma grande maioria de lares tem a mulher como provedora, invertendo o arraigado costume machista brasileiro do homem como “cabeça do casal”; na área acadêmica, de acordo com Nogueira (2011), houve uma verdadeira explosão no número de mulheres dedicadas às pesquisas de natureza científica, embora sua presença em altos postos das Universidades ainda não se fez sentir. Embora tenhamos significativos avanços na esfera civil, no âmbito profissional é sintomático o retrocesso em matéria de gênero. As mulheres apresentam uma expectativa de vida média maior do que os homens, isso quer dizer que estão vivendo mais, em compensação ganhando menos, mesmo com maiores índices de escolaridade.

A atual inserção da mulher na esfera do público não resultou numa igualdade de direitos com relação aos homens e reacendeu os debates com relação à questão de gênero.

Isto porque a presença da mulher no espaço público ainda é encarada com restrições por uma sociedade marcadamente machista e patriarcal. Somos reticentes quanto ao novo papel da mulher e não abdicamos de antigos estigmas construídos sobre os sexos, principalmente do fato de que o espaço privado é destinado ao sexo feminino, tradicionalmente espaço da mulher, enquanto o espaço público continue reduto predominantemente masculino.

As consequências destas restrições com relação ao novo papel da mulher na esfera pública provocaram, e tem provocado, reações diversas: desde uma insidiosa coação social por “fugirem” ao padrão estabelecido socialmente para seu gênero, até a responsabilidade pela destruição da família, retornando ao mesmo argumento requeitado dos idos anos de 1977, quando da aprovação da lei do divórcio pelo então Senador Nelson Carneiro.

Vivenciamos um momento (nestes últimos quarenta anos) onde os paradigmas estão sendo rompidos pela mulher, que procura desvenci-

lhar-se do padrão de comportamento feminino imposto por uma sociedade machista.

Tais padrões foram construídos no interior de nossa cultura, machista e preconceituosa, verdadeiras representações estabelecidas para os sexos. Tais representações formam os *status* sociais que, segundo Linton (1981, p. 117), são conjuntos de direitos e deveres que as pessoas devem seguir para estarem inseridas no padrão social vigente “[...] o *status* de qualquer indivíduo significa a soma total de todos os *status* que ele ocupa.” A maneira pela qual se age diante do próprio *status* é denominada papel social, é “o aspecto dinâmico do *status*”. É importante colocar que *status* é uma posição em um padrão, sendo assim as pessoas tem diversos *status* e, conseqüentemente, variados papéis. No caso das mulheres, o *status* mãe implica no papel social de criar os filhos, dedicada aos afazeres domésticos, docilidade nos atos e gestos, etc.

A partir da análise da sociedade, levando em consideração o *status* e o papel, é possível explicar de que maneira a atribuição de um *status* à mulher possibilitou a dominação masculina sobre a mesma.

Importante esclarecer que a junção de diversos *status* e papéis construídos sobre os sexos determinam os gêneros, atribuições dadas aos homens e as mulheres que os diferenciam, baseadas em características biológicas.

Em todas as sociedades, escolhem-se como pontos de referência, para atribuição de *status*, certas coisas de natureza determinável desde o nascimento do indivíduo, o que permite começar imediatamente seu adestramento para o *status* e papéis em potencial. O mais simples destes pontos de referência, e o mais universalmente empregado é o sexo. (LINTON, 1981, p. 119).

Assim, as referências, em nossa sociedade, construídos sobre o sexo masculino, são as de que os homens são *viris*, fortes, culturalmente mais desenvolvidos, aptos a reger a sociedade e tomar as decisões que permeiam o coletivo, líderes. Já sobre o sexo feminino foram construídos estigmas que a colocam como “sexo frágil”, incapaz e que constantemente deve ser tutelada pelo homem, devendo submeter-se ao mesmo. Como bem coloca Rosaldo (1979, p. 47):

[...] encontramos em sistemas culturais uma oposição decorrente entre o homem, que em última análise significa ‘cultura’, e a mulher que (definida através de símbolos que salientam suas funções sexuais e biológicas) significa ‘natureza’ e frequentemente desordem.

Esta “mulher desordem” é consagrada no Pecado Original, na qual, segundo as crenças cristãs, Eva, a parceira do primeiro homem que Deus criou, feita a partir de uma costela do mesmo, induziu Adão, o primeiro homem criado a desobedecer a ordens divinas e, devido a esta causa, foram expulsos do Paraíso. Como represália à mulher as palavras de Deus são enfáticas:

À mulher Ele disse: ‘Aumentarei grandemente a dor de tua gravidez, em dores de parto darás à luz, e terás desejo ardente de teu esposo e ele te dominará. (BÍBLIA SAGRADA, 1969, p. 36).

A estigmatização da mulher (como dissimulada, portanto há necessidade de ser tutelada) através de dogmas religiosos reforça sua submissão aos interesses dos homens, limitando-a ao espaço privado, confinada aos trabalhos domésticos e aos cuidados dos filhos, submetida ao poder do pátria. Essa subordinação é assimilada pela mulher virtude do sentimento de culpa imposto a ela, “[...] na mulher está a origem da culpa, sendo-lhe imposta uma situação de dependência contínua e de subordinação ao homem.” (PINTO, 2003, p. 136).

O ADESTRAMENTO PARA O *STATUS*

Tal submissão da mulher no contexto da sociedade brasileira se deu por intermédio de um “adestramento”, ou seja, ser mulher no Brasil implica no aprendizado de um *status* (consequentemente no desempenho de papéis) socialmente impostos, inserindo-se num padrão vigente. Para Linton (1981, p. 118-119) “[...] quanto mais cedo se puder começar o adestramento para um status, maiores serão as probabilidades de êxito.”

Neste contexto, desde o nascimento, a criança é levada a agir de formas determinantes destinadas ao seu gênero. À menina são colocados laços de fita, com cores específicas, mais tarde formas de se posicionar

socialmente, auxiliar nos serviços domésticos. Enquanto ao menino é concedida uma liberdade de ação mais ampla e menos policiada. A menina deve ser sexualmente reprimida (se resguardar ao casamento), enquanto o menino é levado a mostrar e evidenciar constantemente a existência de seu órgão sexual. A menina deve ser mais sensível e cuidadosa, porém os meninos devem se mostrar fortes e não frágeis (não é uma apologia ao padrão masculino que também prejudica os garotos que não se adéquam a ele?). Posteriormente a mulher deve ter atributos para que os homens despertem interesse por elas, esses atributos são essencialmente domésticos e maternos, enquanto que ao homem é dada a função de manutenção do lar e de tomar as decisões do coletivo.

Todo este adestramento é um processo no qual ambos sexos sofrem, em especial a mulher que é submetida, para a aceitação cega de sua condição, que lhe é colocada como natural e inviolável.

Pode-se supor deste estado de coisas, que o Governo Masculino permanece imutável porque as mulheres, suas opositoras em potencial, foram aprisionadas por tanto tempo num sistema fechado que se tornaram incapazes de perceber como poderiam, de outro modo, anular os métodos eficazes usados para imputar-lhes uma ideologia de fracasso moral. (BAMBERGER, 1979, p. 252).

VIR-A-SER

Em *O Segundo Sexo* (1949) Simone de Beauvoir desenvolve uma idéia sobre a questão da mulher na sociedade. Neste contexto ela esclarece que o verbo “ser” tem um conceito muito mais abrangente, em especial em relação à mulher. No argumento da autora a mulher é sim, hoje, inferior ao homem.

[...] mas é sobre o alcance da palavra ser que precisamos entender a má fé [que] consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se. (BEAUVOIR, 1949, p. 22).

Para enfrentarmos o problema destacado por Beauvoir (1949), para entendermos como se deu a construção da história que subordina a mulher ao homem, se faz necessário compreendermos quais ferramentas foram e estão sendo utilizadas na subordinação entre gêneros. Destacamos aqui o papel de duas ciências: a biologia e a psicologia.

Uma argumentação que tem servido a dois propósitos consecutivos é exposta por Rodrigues (2011). Com base nas ferramentas da biologia, remontando ao século XVIII, comum era responsabilizar o útero como a principal fonte de comportamentos e problemas emocionais femininos. No mesmo sentido, mas já nos anos 1940-50 do século passado, o grande vilão, ainda de acordo com a autora, eram os hormônios os principais provocadores da instabilidade emocional das mulheres. Tal “pressupostos” biológicos serviram (e ainda servem) para justificar a incapacidade das mulheres no que diz respeito à liderança, empreendedorismo e realização nos mais distintos setores da vida profissional. Por se tratar de “problemas” da natureza feminina, são tidos como situações imutáveis, desconsiderando-se a cultura como um elemento móvel, portanto passível de criação e destruição de mitos.

A mesma justificativa biológica, ao mesmo tempo em que subjulga as mulheres, reforça a tese contrária da dominação masculina:

[...] por volta dos anos 1940-1950, ganha proeminência a ideia dos hormônios. Aparece na medicina que o comportamento chamado masculino é gerado pela testosterona, que passa a explicar a virilidade, tanto do ponto de vista da potência sexual, quanto de um comportamento agressivo e dominado dos homens [...] (RODRIGUES, 2011, p. 32).

Além das argumentações de natureza biológica, outros elementos contribuem para reforçar a subordinação de gêneros em nosso meio social em forma de esteriótipos:

Outra coisa que se soma ao problema é um fenômeno sociopsicológico chamado “ameaça do esteriótipo”. Vários cientistas sociais observaram que, quando os integrantes de um grupo são informados de um esteriótipo negativo, é mais provável que se comportem de acordo com aquele esteriótipo. Por exemplo, segundo os esteriótipos, os meninos soa melhores em matemática e ciências do que as meninas. Quando as meninas são lembradas do sexo a que pertencem antes de uma prova de

matemática ou de ciências, mesmo por algo tão simples quanto marcar o quadrinho indicando M ou F no alto da página, elas se saem pior. (SANDBERG, 2013, p. 37).

Desta forma, quando se evidencia a mulher como inferior e subordinada ao homem em determinado contexto social, justificadamente pela biologia e pela psicologia, de que essa é uma característica comprovadamente inalterável, são desconsideradas as *possibilidades* de mudança, ocorrendo todo um processo de naturalização da subordinação do sexo feminino ao masculino.

É nesse contexto que se pode discordar dos argumentos machistas de que a condição à qual a mulher se encontra constitui-se como permanente.

Em primeiro lugar, deve-se colocar em dúvida a própria história, haja vista que quem a escreveu foram os próprios homens. Estes encontraram argumentos na biologia e na cultura para embasar sua teoria a respeito da mulher como ser inferior. Foram relacionadas algumas características físicas da mulher com sua provável imanência, enquanto a eles foram direcionadas características transcendentais. Pode-se notar essa tese nos conceitos das palavras Macho e Fêmea.

Quando se evidencia em um homem sua condição de macho é colocado como lisonjeio, uma vez que se evidencia assim sua virilidade e sua superioridade. Já em relação à fêmea coloca-se como ofensa, um termo pejorativo que confina a própria mulher em seu sexo, sua condição biológica inferior e imanente. Mas é preciso perceber que todas essas idéias são construções que atendem a determinados fins. Neste caso, a finalidade única é a subordinação da mulher.

Sim, é possível compreender a mulher como um ser imóvel e imamente na realidade passada e atual, um ser culturalmente construído, feito, nas palavras de Beauvoir (1949).

Deste modo, qual é a saída?

É importante considerar o que o homem fez da mulher para entender a sua situação, porém também se mostra de grande significância

compreender que a situação da mulher não é inerentemente imutável, que isso é uma construção social e cultural sobre si, o que dá enfoque as suas possibilidades de mudar sua condição social.

E é nesse contexto que Simone de Beauvoir (1949, p. 60) apresenta o “vir-a-ser”.

A mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir-a-ser, é no seu vir-a-ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveriam definir suas *possibilidades*. O que falseia tantas discussões é querer reduzi-la ao que ela foi, ao que é hoje, quando se aventa a questão de suas capacidades; o fato é que as capacidades só se manifestam com evidência quando realizadas; mas o fato é também que, quando se considera um ser que é transcendência e superação, não se pode nunca encerrar as contas.

Desta maneira, a mulher, não sendo mais vista como inerentemente inferior ao sexo oposto pode ter as possibilidades que antes lhe eram restritas, possibilidades estas de demonstrar que todos os estigmas direcionados a ela são meras construções malfeitas e escritas pelos homens suprimindo as carências de segurança dos mesmos.

Neste contexto, pode-se afirmar que, obtendo essas possibilidades, a mulher pode encontrar meios de se inserir no mundo masculino, no espaço público. O problema é que ao inserir-se nesse ambiente masculino, encontrando resistências e hostilidades ao seu gênero, a mulher buscou uma alternativa bastante curiosa: travestiu-se de homem para contornar os estigmas culturalmente atribuídos ao seu *status* e poder transitar num espaço que lhe sempre foi negado.

A MULHER “TRAVESTIDA DE HOMEM”

Esta atual situação da mulher na sociedade brasileira nos faz perceber outro problema daí decorrente. A passagem da esfera do privado para o público, além de negá-la direitos iguais, exigiu-lhe novo *status*, ao de travestir-se de homem para encarar a este novo desafio e abrir-lhe a possibilidade de sucesso num meio que até então lhe era vedado.

Trata-se de um “status adquirido”, sendo aquele que é entregue ao indivíduo como escolha, opção. Neste contexto, a abordagem agora será direcionada à mulher que tenta se inserir no meio público, a mulher travestida de homem.

Ora, o meio político e sindical é um espaço natural do líder, homem ou mulher travestida de macho, corajoso e combativo. E as mulheres, para poderem aí chegar, tiveram que desempenhar o papel do homem. (CORACINI, 2007, p. 94).

A construção dos estigmas formados sobre os sexos (a mulher ocupando o espaço privado e o homem dominando espaço público), a mulher que quisesse estar no meio público deveria adquirir as características masculinas, se colocar como homem para que pudesse ser aceita em um meio no qual as características genéricas femininas não supriam as carências. Dessa forma, muitas foram as mulheres que se vestiram como homens, que se impunham, demonstravam virilidade, para que pudessem ser aceitas nas decisões públicas, estas eram coagidas socialmente pelo fato de fugirem do padrão estabelecido para seu gênero.

Assim, para desempenhar um papel no meio público a mulher teve de mudar seu *statu* atribuído pela sociedade – aquele no qual ela deveria se submeter ao sexo oposto - e aderir à um status adquirido – encaixando-se em características masculinas.

Emblemático é o depoimento de Sheryl Sandberg, executiva do Facebook que:

[...] unvida nas últimas semanas à condição de guru de um novo feminismo. Sheryl defenda a tese de que a mulher só *ascenderá profissionalmente se deixar de se comportar como vítima e passar a agir como os homens*. (JIMENEZ, 2013, p. 119, grifo nosso).

Assim sendo, para melhor trânsito e permanência no “universo masculino”, a mulher, na opinião da executiva, não só de apresentar um comportamento tipicamente masculino, mas agir como tal.

[...] se quisermos nos fazer ouvir, é preciso falar alto e grosso (subentenda-se como o homem), lutar de pé, lançar-se sobre o inimigo, ferrar o outro, expressões que se opõem a falar baixo e docemente, submeter-

-se, estar ferrado, que caracterizam o modo pelo qual se concebe o sexo fraco idealizado. (CORACINI, 2007. p. 91).

Neste sentido podemos perceber que para a conquista da autonomia social da mulher não basta “travestir-se de homem”, uma vez que serão alvos de novos e antigos preconceitos. Pois nossa sociedade ainda considera a divisão binária de gêneros, como diria Beauvoir (1949) o homem é definido como ser humano e a mulher é definida como fêmea. Quando ela comporta-se como um ser humano ela é acusada de imitar o macho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo o que foi evidenciado, pode-se notar que para as mulheres obterem espaço no meio público, levando em consideração toda esta construção que permeia sua imagem, elas terão que se “travestir de homem”, a ponto de desconstruir todos estes estigmas criados em torno de sua incapacidade em tomar as decisões no coletivo, de representá-lo.

Contudo, devemos lutar para que todos compreendam que não se trata de haver características para cada sexo, que mulheres devem ser donas de casas e homens devem manter financeiramente o lar, mas que ambos tenham as mesmas oportunidades sociais sem que sejam coagidos por suas escolhas, ou por não se adequarem a padrões pré-estabelecidos.

As mulheres foram acusadas de destruição da família, uma vez que, ao conquistarem sua cidadania elas puderam escolher quando, como, com quem, e se gostariam de formar um núcleo familiar e ter filhos.

Evidenciando os argumentos vê-se que a mulher, mesmo encarando outro *status* e papel, tem a necessidade de se desprender dos seus estigmas em todos os meios e de todas as maneiras para que consiga alcançar sua autonomia plena.

De toda forma, é possível compreender, através desta análise que, a mulher está criando suas possibilidades e através deste aspecto possibilitará seu vir-a-ser, a questão é ela conseguir compreender que muito além de se desgarrar de estigmas criados sobre ela e se adequar a outros para se inserir no meio masculino ela tem a necessidade de desconstruir a ideia

formada de que ela é naturalmente algo. Muito além de ser a mulher “macha” ela pode adquirir a equidade em todos os âmbitos e ser, não o que fizeram dela, mas o que ela irá fazer disso.

REFERENCIAS

- ALAMBERT, Zuleika. *A mulher na história*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira: Abaré, 2004.
- BAMBERGER, Joan. *O mito do matriarcado*: porque os homens dominavam as sociedades primitivas? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*: fatos e mitos. São Paulo: Nova Fronteira, 1949.
- BÍBLIA Sagrada. Tradução João Ferreira da Almeida. Brasília, DF: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- CORACINI, Maria José. *A celebração do outro*: arquivo, memória e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- JIMENEZ, Gabriele. Filhos? Não, obrigada. *Veja*, São Paulo, ano 46, n. 22, ed. 2323, p. 114-120, 29 maio 2013.
- LINTON, Ralph. *O homem*: uma introdução à antropologia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- NOGUEIRA, Pablo. A ciência das mulheres. *Unesp Ciência*, São Paulo, ano 2, n. 17, p. 18-25, mar. 2011.
- PINTO, Mariana Oliveira. Mulheres: uma vida de lutas e conquistas. In: HESKETH, Maria Avelina Imbiriba. (Org.). *Cidadania da mulher*: uma questão de justiça. Brasília, DF: OAB Editora, 2003. p. 135-161.
- RODRIGUES, Maysa. O sexo inventado. *Sociologia*, ano IV, n. 33, p. 26-34, fev. 2011.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist. *A mulher, a cultura e a sociedades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SANDBERG, Sheryl. *Faça acontecer*: mulheres, trabalho e a vontade de liderar. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.